

Trata-se da consolidação dos levantamentos jurídicos pela equipe do Departamento Jurídico no âmbito do Observatório Jurídico do Agro Paulista (OJA/FAESP). O objetivo é apresentar, de forma sintética e padronizada, os principais destaques na jurisprudência dos Tribunais relevantes para o setor.

JURISPRUDÊNCIA

1. TJSP reconhece possibilidade parcial de suspensão em execução fiscal ambiental

💡 O Tribunal de Justiça de São Paulo deu provimento parcial a agravo interposto em execução fiscal de multa ambiental por uso irregular do fogo em área agropastoril. A Corte manteve a execução, entendendo que apenas dinheiro, fiança bancária ou seguro garantia podem suspender a cobrança, mas determinou a retirada do nome do devedor dos cadastros de inadimplentes.

📌 **RELEVÂNCIA:** A decisão reforça que só garantias líquidas suspendem execuções fiscais ambientais, trazendo maior segurança jurídica e uniformidade na aplicação das leis ambientais.

🔗 [2307608-68.2025.8.26.0000.pdf](#)

2. TJSP mantém condenação por degradação ambiental em área de preservação

💡 A 2ª Câmara Reservada ao Meio Ambiente do TJSP manteve sentença que determinou a reparação integral de danos causados em área de preservação permanente. O Tribunal confirmou a obrigação de restaurar o local e demolir construções irregulares, reconhecendo também a responsabilidade solidária, mas de execução subsidiária, do Município por omissão na fiscalização.

📌 **RELEVÂNCIA:** A decisão reforça a responsabilidade objetiva e “propter rem” por danos ambientais, além de reafirmar que o Poder Público pode responder solidariamente quando se omite em seu dever de polícia ambiental.

🔗 [1051814-07.2024.8.26.0224.pdf](#)

3. TJSP reconhece dano ambiental em APP e afasta indenização por dano moral coletivo

☞ A 2ª Câmara Reservada ao Meio Ambiente do TJSP confirmou a obrigação de reparar danos causados por intervenção irregular em área de preservação permanente às margens do Rio Cotia, mas afastou o pagamento de indenização por dano moral coletivo. O Tribunal entendeu que, embora comprovada a degradação ambiental, não houve repercussão coletiva suficiente para justificar compensação moral.

📌 **RELEVÂNCIA:** A decisão reforça a aplicação da responsabilidade objetiva e “propter rem” em casos de degradação ambiental e delimita o alcance dos danos morais coletivos, que só se configuram quando há ofensa significativa à coletividade.

🔗 [1004771-11.2023.8.26.0127.pdf](#)

4. STF reafirma a aplicação retroativa do Código Florestal

☞ A Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal manteve decisão que reconheceu a aplicação retroativa do Código Florestal ([Lei nº 12.651/2012](#)) a fatos ocorridos antes de sua vigência. O julgamento envolveu Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) firmado sob o antigo Código, cuja execução foi questionada. O STF entendeu que negar os efeitos retroativos da nova lei ambiental viola decisões anteriores do próprio Tribunal, que declararam a constitucionalidade do marco regulatório e do regime de transição criado para regularizar situações ambientais consolidadas.

📌 **RELEVÂNCIA:** A decisão reforça o entendimento de que o Código Florestal pode alcançar situações anteriores à sua entrada em vigor, garantindo segurança jurídica e permitindo a regularização ambiental de propriedades rurais.

🔗 [00000000000000074530.pdf](#)

5. STF mantém competência da Justiça Estadual em crime contra a administração ambiental

☞ A Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal negou recurso em *habeas corpus* apresentado por condenado por falsificação de laudo técnico ambiental que atestava indevidamente a possibilidade de corte de espécie ameaçada de extinção. A defesa alegava que o caso deveria ser julgado pela Justiça Federal, sob argumento de que envolvia bem de interesse da União. O STF, contudo, reafirmou que a competência permanece na Justiça Estadual, pois não havia interesse direto e específico da União nem transnacionalidade do delito.

📌 **RELEVÂNCIA:** A decisão reforça o entendimento de que nem todo crime ambiental é de competência federal, limitando essa atribuição a situações em que o delito atinge bens ou interesses da União ou possui caráter transnacional.

🔗 [0000000000000261398.pdf](https://www2.trt2.jus.br/noticias/noticias/noticia/0000000000000261398.pdf)

6. Empresa deve reintegrar trabalhadora com deficiência dispensada sem substituição legal

📝 O TRT-2 determinou a reintegração de empregada com deficiência dispensada sem substituição por outro trabalhador com deficiência, conforme o art. 93 da Lei nº 8.213/91.

📌 **RELEVÂNCIA:** Empregadores devem observar que a dispensa de trabalhador com deficiência sem substituição equivalente é nula, podendo gerar reintegração e pagamento de salários retroativos. É essencial manter controle atualizado sobre o cumprimento das cotas legais.

🔗 <https://www2.trt2.jus.br/noticias/noticias/noticia/empresa-deve-reintegrar-trabalhadora-com-deficiencia-dispensada-sem-substituicao-legal>

7. Ausência de formalização de contrato intermitente gera reconhecimento de vínculo

📝 O TRT-2 reconheceu vínculo empregatício comum em contrato informal de trabalho intermitente, diante da ausência de formalização no eSocial e inexistência de convocações regulares.

📌 **RELEVÂNCIA:** O acórdão reforça que a forma é elemento essencial para validade do contrato intermitente, sendo indispensável o registro formal e a convocação comprovada do empregado.

🔗 <https://www2.trt2.jus.br/noticias/noticias/noticia/empresa-deve-reintegrar-trabalhadora-com-deficiencia-dispensada-sem-substituicao-legal>

8. Mantida sentença que rejeitou adicional de insalubridade em cultivo de cana

📝 A 10ª Câmara do TRT-15 manteve decisão que negou adicional de insalubridade a trabalhador rural, por ausência de prova técnica da exposição habitual a agentes nocivos.

📌 **RELEVÂNCIA:** O julgamento evidencia a necessidade de perícia conclusiva para reconhecimento de insalubridade e afasta a presunção de risco apenas pela atividade rural.

🔗 <https://ww2.trt2.jus.br/noticias/noticias/noticia/ausencia-de-formalizacao-de-contrato-intermitente-gera-reconhecimento-de-contrato-ordinario>

9. TRT-15 mantém reversão de justa causa e reconhece dano moral com base no Tema 62 do TST

📝 A 3ª Câmara do TRT-15 confirmou reversão de justa causa e condenação por dano moral, aplicando o Tema 62 do TST, que veda punições desproporcionais.

📌 **RELEVÂNCIA:** A decisão reforça que a proporcionalidade entre falta e penalidade é requisito essencial da justa causa, sendo o abuso punível com reparação moral.

🔗 <https://trt15.jus.br/noticia/2025/3a-camara-mantem-reversao-de-justa-causa-e-reconhece-dano-moral-com-base-no-tema-62-do>

10. TST valida acordo coletivo que permite novo contrato de experiência após 12 meses da rescisão

📝 O TST reconheceu a validade de cláusula coletiva que autorizava a recontratação por novo contrato de experiência após um ano da rescisão.

📌 **RELEVÂNCIA:** A decisão valoriza a negociação coletiva e admite flexibilizações quando há previsão em norma pactuada entre as partes.

🔗 <https://www.tst.jus.br/en/-/tst-valida-acordo-coletivo-que-permite-novo-contrato-de-experiencia-apos-12-meses-de-rescisao>

11. Atestado médico emitido horas após audiência justifica ausência de trabalhador

📝 O TST entendeu que o atestado apresentado no mesmo dia da audiência, ainda que emitido horas depois, é suficiente para justificar a ausência.

📌 **RELEVÂNCIA:** A decisão privilegia o princípio da boa-fé e afasta o rigor processual excessivo na análise de justificativas médicas.

🔗 <https://www.tst.jus.br/en/-/atestado-emitido-horas-apos-audiencia-justifica-ausencia-de-trabalhador>

12. Xingamentos generalizados não descaracterizam assédio moral

☞ O TST manteve condenação por assédio moral, entendendo que ofensas dirigidas a todos os empregados, ainda que generalizadas, configuram ambiente degradante.

📌 **RELEVÂNCIA:** O julgado reforça que o assédio moral não depende de individualização da vítima, bastando a violação reiterada à dignidade coletiva dos trabalhadores.

🔗 <https://www.tst.jus.br/en/-/xingamentos-generalizados-nao-descaracterizam-assedio-moral-a-soldador>

13. Mantida condenação por trabalho escravo em garimpos na Amazônia

☞ A 3ª Turma do TST manteve decisão que reconheceu a legitimidade do Ministério Público do Trabalho (MPT) para propor ação civil pública em defesa de trabalhadores resgatados em condições análogas à escravidão, mesmo quando os direitos pleiteados (como vínculo e verbas rescisórias) são de natureza individual.

📌 **RELEVÂNCIA:** A decisão reforça que o MPT pode atuar coletivamente em ações que tratem de direitos individuais homogêneos, ampliando o alcance da responsabilização.

🔗 <https://www.tst.jus.br/en/-/mantida-condenacao-por-trabalho-escravo-em-garimpos-na-amazonia>

14. Aptidão no momento da dispensa não afasta estabilidade

☞ O TST decidiu que a aptidão atestada no exame demissional não impede o reconhecimento da estabilidade provisória quando há doença ocupacional relacionada ao trabalho.

📌 **RELEVÂNCIA:** Empregadores devem avaliar cuidadosamente exames demissionais e históricos médicos. Mesmo com laudo de aptidão, é possível o reconhecimento de estabilidade se houver nexo ocupacional comprovado.

🔗 <https://www.tst.jus.br/en/-/aptidao-no-momento-da-dispensa-nao-afasta-direito-de-auxiliar-industriario-a-estabilidade>

15. Vigilante receberá indenização por condições precárias

☞ O TST manteve condenação por danos morais a vigilante que trabalhava em prédios abandonados sem instalações sanitárias e em ambiente insalubre.

📌 **RELEVÂNCIA:** O julgado reafirma a responsabilidade do empregador de garantir condições dignas e seguras de trabalho, independentemente do local da prestação de serviços.

🔗 <https://www.tst.jus.br/en/-/vigilante-de-predios-abandonados-recebera-indenizacao-por-condicoes-precarias-de-trabalho>